

# RELATÓRIO E CONTAS

2023

SOCIAL UPDATE 2023

13-01-2023

CURSO  
SER DIRIGENTE DE IPSS



WEBINAR  
Creche - Alteração Legislativa

# FICHA TÉCNICA



## UDIPSS-PORTO – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Sede	Rua do Carvalhido, 187 4250-102 Porto
NIF	505 983 206
Telefone	228 317 497
@	geral@udipss-porto.org
Url	www.udipss-porto.org
Constituição	30 de abril de 2002
Associadas	408
Membros do Órgãos Sociais	11
Equipa Técnica	4

### Objeto Social

Expressão organizada da cooperação entre Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), sedeadas no distrito do Porto, visando proteger o quadro de valores éticos e filosófico que lhes é comum.

### Serviços

Assessoria Contabilística e Fiscal  
Assessoria Jurídica  
Assessoria Social e de Gestão  
Assessoria à Contratação Pública  
Central de Compras  
Plataforma Ser IPSS | Informação | Newsletter  
Formação | Workshop | Webinar | Sessões de Esclarecimento  
Projeto Social Digital 2.0.  
Aplicação Consignação do IRS

### Cálculo 3S – Sociedade de Contabilidade, Unipessoal, Lda

[geral@calculo3s.org](mailto:geral@calculo3s.org) | 228 317 497 | [www.calculo3s.org](http://www.calculo3s.org)

Empresa especializada em serviços de contabilidade para as IPSS, nomeadamente:

Assessoria Contabilística e Fiscal  
Contabilidade geral e analítica  
Processamento de Salários  
Estudos de Viabilidade Económico-Financeira  
Acompanhamento contabilístico e fiscal de projeto

Aprovado em Assembleia Geral de 6/3/2024

*Handwritten signature in blue ink.*



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1

<u>Associadas</u>	Total	Filiações	Desfiliações
	408	9	6
Temas			
Ações de Formação		Ações	Participantes
Curso Ser Dirigente de IPSS		15	233
Workshop	∞	2	57
Sessões de Esclarecimento		1	41
		10	1916
<u>Reuniões</u>	Assembleia Geral	Direção	Conselho Fiscal
	2	11	2

2023 inicia com novos Órgãos Sociais e com a Inauguração do Auditório Cónego José Lopes Baptista. Apesar de uma equipa maioritariamente nova, a aposta foi na continuidade da atividade da União.

2023 foi um ano atípico no setor: 1) participações do ISS antecipadas, utilizadas para liquidar subsídios de natal do ano transato originando assim algumas dificuldades de tesouraria; 2) aumento dos preços das matérias primas e do salário mínimo; 3) multiplicidade de alterações legislativas; 4) necessidade de execução do PARES e do Plano de Recuperação e Resiliência envoltos num escalar dos preços levando a que o preço de aquisição é diferente do preço na candidatura; 5) convenções coletivas de trabalho negociadas com retroatividade a janeiro.

Toda esta conjuntura obrigou à constância e reforço na prestação de informação às Associadas. E também às IPSS não associadas, cuja necessidade de informação foi visível, através da sua presença nos 10 Webinars realizados, sobre as diversas temáticas.

A União passou a dar resposta a uma necessidade não atendida das Associadas, com a criação do serviço de Assessoria à Contratação Pública, com uma procura distrital e nacional.

Com a Direção acredita que o Plano de Resiliência e Recuperação é uma oportunidade que não pode ser perdida, foi reforçada a prestação de serviço na elaboração de candidaturas e na sua execução, tendo a União acompanhado a execução de 97 Operações/Candidaturas.

Aprovado em Assembleia Geral de 6/3/2024

*G. M. da Silva*  
*M. M. da Silva*

# MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO DE 2023

## Objetivo Estratégico Proteger e Promover a Rede da União Distrital

Reforçar a representação das IPSS do Distrito do Porto nas Redes existentes	Representar as IPSS do Distrito através da participação em Redes Existentes	Representação das IPSS Associadas em Plataformas de Política Pública: - Comissão Distrital de Cooperação; - Conselho Local de Ação Social do Porto; - NPISA-PORTO; - Plataforma Supraconcelhia do Grande Porto; - Plataforma Supraconcelhia do Tâmega; - Conselho Geral CNIS; - Comissão Permanente do Conselho Geral da CNIS; - Conselhos da Comunidade do ACESs - Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social do Porto; - Conselho Consultivo para a Saúde; - Conselho Municipal de Educação.
	Apoiar a CNIS no desenvolvimento de atividades de interesse para as Associadas	Participação e divulgação de iniciativas da CNIS, nomeadamente no acolhimento da Sessão "Portugal Inovação Social", dinamizado entre a CNIS e a CCDRN.
Difundir a missão das IPSS e da União Distrital	Realizar fóruns de discussão temáticos com as IPSS Associadas	Atividade não executada.
	Melhorar os canais de comunicação da UDIPSS-PORTO, seja através dos contactos direcionados ou das Newsletters quinzenais	Publicação de 24 Newsletters bem como realização de 100% dos contactos específicos com divulgação de informação de relevo no momento para as IPSS.
	Dinamizar Redes de Proximidade	Atividade não executada.
	Realizar reuniões distritais entre os Dirigentes e a Equipa Técnica das Uniões Distritais pertencentes à Região Norte	Atividade não executada.
	Dinamização do Social Update	Realizado a 08-09-23, com os temas: nova legislação da Creche, CCT, Implementação do CACI, Adenda ao Compromisso de Cooperação e Alteração ao Regulamento do PARES 30
	Dinamização de Sessões de Esclarecimento, conforme o dinamismo do Setor Social e Solidário	Foram dinamizados 10 Webinars: - Aviso n.º 18099/2023 – Aquisição de Postos de Abastecimento para viaturas da Mobilidade Verde Social - A Agenda para o Trabalho Digno - Candidatura ao FRSS - CCT à data - Creche – Alteração legislativa - Creche e Habitação Colaborativa – Candidatura PRR - ERPI – Alteração legislativa - Candidaturas   Inovação Social - Linha de financiamento do Setor Social - CCT a 06-07-23
Reforçar a construção do património da UDIPSS-PORTO	Realização de obras de conservação do Edificado	Foram realizadas obras de reabilitação de paredes, pinturas e alteração do parque de estacionamento.
	Aumentar o património imobiliário da UDIPSS-PORTO	Atividade não executada.

Atividades não previstas e dinamizadas:

Inauguração do Auditório Cónego José Lopes Baptista

Finalização dos donativos do Todos contam da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Farmacêuticos.

## Objetivo Estratégico Impulsionar a sustentabilidade da Rede

Dinamizar e reforçar a prestação de serviços

Aumentar a capacidade de prestação de serviços do **Centro de Recursos Partilhados**, nomeadamente:

- *Assessoria Contabilística e Fiscal*, através de:
  - a) elaboração de pedidos de informação vinculativa à Autoridade Tributária;
  - b) construção constante de conteúdos e de informação de interesse.
- *Assessoria Jurídica*, através de:
  - a) melhoria da capacidade de resposta;
  - b) construção constante de conteúdos e de informação de interesse.
- *Assessoria Social e de Gestão*, através de:
  - a) apoio na gestão dos Acordos de Cooperação, na componente de criação, revisão em alta ou em baixa, como na manutenção dos mesmos;
  - b) realização de candidaturas a Programa de Financiamento, como o Portugal 2020 e o Plano de Recuperação e Resiliência;
  - c) Realização de Estudos de Viabilidade Económico-Financeira de apoio na tomada de decisão de investimento e no pedido de Fundo de Socorro Social para Reequilíbrio Financeiro.
- *Consultoria e Auditoria Social*, através da dinamização do serviço pelas IPSS Associadas
- Assessoria a Projetos, através da realização de candidaturas e acompanhamento à execução das Operações a Programas de Financiamento, como o Portugal2020, Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência
- *Central de Compras*, através da dinamização do serviço pelas IPSS Associadas

100% das IPSS Associadas beneficiaram dos serviços da UDIPSS-PORTO, pela sua distribuição pelas diversas Assessorias (jurídica, social e de gestão e contabilística e fiscal).

Realização de candidaturas a:

- Equipamentos Sociais do PRR: 3
- Mobilidade Verde Social: 14
- Vale para incubadoras: 1
- Posto de Carregamento do Fundo Ambiental: 9
- Rede Nacional de Cuidados de Continuidade PSS: 1
- PROCOOP: 23

Assessoria de Gestão na execução de Operações:

- Equipamentos Sociais do PRR: 7
- Equipamentos Sociais do Norte2020: 17
- Mobilidade Verde Social: 67
- Comunidades desfavorecidas PRR: 2
- PARES 20: 2
- PARES 30: 3

Realização de Estudos de Viabilidade Económico-Financeiro:

- 10, no âmbito de candidaturas ao PRR;
- 1, no âmbito de candidatura ao PARES 3.0.
- 1, no âmbito de candidatura ao PARES 2.0.
- 1, no âmbito do Pedido de Fundo de Socorro Social para Reequilíbrio Financeiro;
- 1 no âmbito de apoio à gestão

Realização de Assessoria à Contratação Pública:

- Ajuste direto simplificado: 7
- Ajuste direto regime geral: 7
- Consultas Prévias: 14
- Concursos Públicos: 19

Realização de 1 Consultoria e Auditoria Social

A Central de Compras teve 11 adesões de IPSS Associadas, concretizando um total de 99 IPSS a beneficiar do serviço.

Construir constantemente a Plataforma Ser IPSS

A Plataforma Ser IPSS é o principal e único repertório de informação da UDIPSS-PORTO, pelo que todos os conteúdos criados estão disponibilizados na mesma.

Construir a APP Financeira na Plataforma Ser IPSS

A APP Financeira encontra-se criada, mas não divulgada.

Aposta na capacitação dos recursos organizacionais das IPSS Associadas

Realizar Ações de Formação direcionadas:

- 1) *Membros dos Órgãos Sociais*, nomeadamente Curso "Ser Dirigente de IPSS" e/ou atualização de informação para anteriores participantes
- 2) *Direções Técnicas e de Serviços*, nomeadamente sob os temas Interpretação, análise de Dados Financeiros e Contabilísticos, Avaliação de Desempenho e Descomplicar os BTEs

Foi dinamizada a 5ª e a 6ª Edição do Curso Ser Dirigente de IPSS, com 36 participantes.

Foi criado um módulo de Avaliação de Desempenho na 6ª Edição do Curso Ser Dirigente de IPSS.

Dinamizar o Plano de Formação aprovado pela Direção

Realização das seguintes ações de formação, num total de 15, com 233 participantes:

- "Operacionalização da Contratação Pública";
- "Férias, feriados e faltas: da teoria à prática";
- "Comparticipações familiares/utentes: da teoria à prática";
- "Proteção de Dados: da teoria à prática"
- "Operacionalização da Empreitada de Obras Públicas"
- "Direito laboral para a Direção Técnica"

*Handwritten signature: F. M. F. (Mun) H. M. C. D. S.*

# AS CONTAS DA UDIPSS-PORTO DE 2022

M

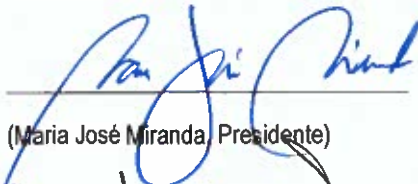
	2023	2022
Total de rendimentos e ganhos	196 310,40	186 050,14
- Total de despesas e gastos	139 708,99	135 363,43
= Resultado líquido do exercício	56 601,41	50 686,71

## Proposta da Direção à Assembleia Geral quanto à aplicação do Resultado Líquido do Exercício

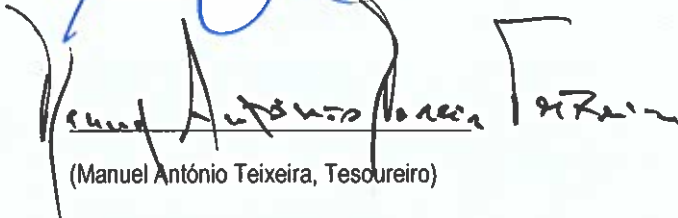
A UDIPSS-PORTO apresenta um Resultado Líquido do Exercício de € 56 601,41 (cinquenta e seis mil seiscentos e um euros e quarenta e um cêntimos), ao qual se propõe a seguinte aplicação: Transferência, na totalidade, para a conta Resultados Transitados.

Porto, 8 de fevereiro de 2024

A Direção



(Maria José Miranda, Presidente)



(Manuel António Teixeira, Tesoureiro)

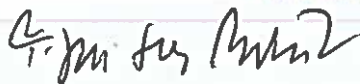


(Teresa Costa, Secretária)



(Bárbara Barros, Vogal)

Aprovado em Assembleia Geral de 6/3/2024







**Demonstração de Resultados por Natureza**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2023**

Porto, 8 de fevereiro de 2024,

A Direção

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	6	177 592,00	171 185,00
Fornecimentos e serviços externos	10.10	(56 133,79)	(65 814,09)
Gastos com o pessoal	8	(52 236,75)	(44 131,07)
Aumentos/reduções de justo valor	10.11	(1,35)	(1,14)
Outros rendimentos	10.12	18 717,05	14 865,14
Outros gastos	10.13	(8 093,14)	(8 676,97)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>77 846,72</b>	<b>67 426,87</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(21 245,31)	(16 740,16)
<b>Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>56 601,41</b>	<b>50 686,71</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>56 601,41</b>	<b>50 686,71</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>56 601,41</b>	<b>50 686,71</b>

Maria José Miranda, Presidente)

Manuel António Teixeira, Tesoureiro)

Approved em Assembleia Geral de 21/31/2024

**Demonstração de Resultados por Funções**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2023**

(Teresa Costa, Secretária)

Rendimentos e Ganhos	Notas	Serviços aos Associados	Períodos	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados	6	177 592,00	171 185,00	
Custo das vendas e dos serviços prestados	8	(52 236,75)	(44 131,07)	
<b>Rendimento bruto</b>		<b>125 355,25</b>	<b>127 053,93</b>	
Outros rendimentos		18 718,40	14 865,14	
Gastos administrativos		(79 379,10)	(82 554,25)	
Outros Gastos	10.13	(8 093,14)	(8 678,11)	
<b>Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)</b>		<b>56 601,41</b>	<b>50 686,71</b>	
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>56 601,41</b>	<b>50 686,71</b>	
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>56 601,41</b>	<b>50 686,71</b>	

(Bárbara Barros, Vogal)

(Emílio Ricon Peres, Contabilista Certificado n.º 176986)



UDIPSS-PORTO

# AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2023

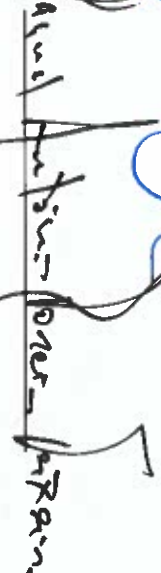
Balanço em 31 de dezembro de 2023


Rubricas	Notas	Datas	
		31 12 2023	31 12 2022
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	607 898,35	615 594,13
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	10.1	80 734,57	80 734,57
		696 551,82	696 328,70
Ativo corrente			
Créditos a receber	10.3	910,00	640,00
Estado e outros entes públicos	10.8	0,00	3 372,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/lasso ciados/membros	10.2	17 605,00	19 437,00
Diferimentos	10.4	262,02	301,12
Caixa e depósitos bancários	10.5	187 399,96	143 015,14
		206 176,96	166 765,29
<b>Total do ativo</b>		<b>901 728,80</b>	<b>863 093,99</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.6	19 236,13	19 236,13
Resultados transferidos	10.6	487 648,65	436 961,94
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10.6	323 123,33	328 323,33
		830 008,11	784 521,40
Resultado líquido do Exercício		56 601,41	50 666,71
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>886 966,52</b>	<b>835 208,11</b>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.7	3 279,20	1 808,10
Estado e outros entes públicos	10.8	2 718,87	1 299,10
Outros passivos correntes	10.9	9 121,21	24 778,68
		15 119,28	27 885,88
		15 119,28	27 885,88
<b>Total do passivo</b>		<b>901 728,80</b>	<b>863 093,99</b>

Porto, 8 de fevereiro de 2024,

A Direção

  
(Maria José Miranda, Presidente)

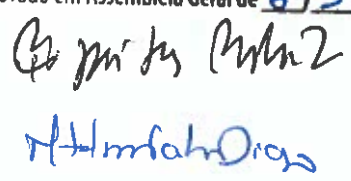
  
(Manuel António Teixeira, Tesoureiro)

  
(Teresa Costa, Secretária)

  
(Bárbara Barros, Vogal)

  
(Emílio Ricon Peres, Contabilista Certificado n.º 17686)

Aprovado em Assembleia Geral de 6/3/2024





UDIPSS-PORTO



5

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Período findo em 31 de dezembro de 2023

Rubricas	Notas	Períodos	
		2023	2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - METODO DIRETO</b>			
Recebimentos de Clientes e Utiens		183 165,93	183 047,50
Pagamentos a fornecedores		(97 112,43)	(62 778,06)
Pagamentos ao pessoal		(38 558,99)	(31 245,27)
Caixa gerada pelas operações		47 494,51	12 202,54
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		(24 084,90)	5 237,15
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>71 579,41</b>	<b>17 439,15</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(32 265,73)	(29 710,76)
Investimentos financeiros		(115,50)	(210,39)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		83,28	0,00
Juros e rendimentos similares	10.14	13,16	13,16
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(32 242,18)</b>	<b>(29 907,99)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		5 047,59	3 604,36
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>5 047,59</b>	<b>3 604,36</b>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		44 384,82	36 057,34
Caixa e seus equivalentes no início do período		143 015,14	106 957,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.6	187 399,96	143 015,14

Porto, 8 de fevereiro de 2024,

A Direcção

Maria José Miranda, Presidente)

Manuel António Moreira, Tesoureiro)

(Teresa Costa, Secretária)

(Bárbara Barros, Vogal)

(Emílio Ricon Pereira, Contabilista Certificado n.º 17686)

...ção em Assembleia Geral de 6/3/2024

*(Handwritten signature)*

*(Handwritten signature)*



UDIPISS-PORTO



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Índice

1. Identificação da Entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
4. Ativos fixos tangíveis
5. Ativos intangíveis
6. Custos de empréstimos obtidos
7. Rédito
8. Subsídios e apoios do Governo
9. Benefícios dos colaboradores
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais
11. Outras informações

## 1 Identificação da Entidade

A UDIPSS-PORRO - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social é uma associação de solidariedade social constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República n.º 24 III Série, de 29 de Junho de 2004, com sede na Rua do Carvalho, 187 - Porto. Missão é a expressão organizada da cooperação entre as IPSS, sediadas no Distrito do Porto, visando proteger o quadro de valores éticos e filosóficos que lhes é comum e dotando-as de modelos capazes de sustentar o seu desenvolvimento e a sua progressiva qualificação através de apoio técnico, administrativo, contabilístico, de formação, informação e de promoção e defesa dos seus interesses, e das populações a quem servem, junto da administração central, local e regional.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Junho;
- Normas Interpretativas (NI)

## 3 Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

#### 3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

#### 3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### 3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utilizes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### 3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### 3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

#### 3.1.6 Fielidade

A informação apenas é útil se for fável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

#### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

#### 3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

#### 3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

#### 3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vendas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia contêm graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantêm-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

#### 3.1.11 Plêntide

A informação é fável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.



### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 11.6 para melhor compreensão. As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

#### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ao seu valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim, que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reza, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Obras de Manutenção	10 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este existir.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

#### 3.2.3 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho - P FCT (função de compensação do trabalho) e o FGCT (função de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo do fundo de capitalização.

#### 3.2.4 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reza, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
-----------	---------------------------

Programas de Computador 3 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:  
Houver um compromisso de comprar o ativo no final da sua vida útil.

#### 3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tomam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

**Fundadores, beneficiários, patrocinadores, associados, membros**

As quotas procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

**Creditos a Receber**

Os "Creditos a receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim terilar o valor realizável líquido.

As "Perdas por imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidos como Ativos não Correntes.

**Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorre em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas desde por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

A data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

**Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

**Fornecedores e outros passivos correntes**

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### 3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### 3.2.7 Financiamentos Obtidos

**Empréstimos obtidos**

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

#### 3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas aquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

6/13/2024  
Assinado em Assembleia Geral de  
[Assinatura]

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2022	Adições	Abate	Transferência	31-12-2023
Terrano	25.097,50			43.857,40	25.097,50
Edifício	631.976,89				675.834,29
Equipamento Básico	29.891,64				29.891,64
Equipamento Administrativo	20.024,09				20.024,09
Obras de manutenção em curso	30.307,87	13.549,53		-43.857,40	0,00
Ativo Tangível Bruto	737.297,99	13.549,53	0,00	0,00	750.847,52
Depreciações Acumuladas					
Edifício	88.006,66	18.537,77			106.544,43
Equipamento Básico	16.501,20	1.927,95			18.429,15
Equipamento Administrativo	17.196,00	779,59			17.975,59
Depreciações Acumuladas	121.703,86	21.245,31	0,00	0,00	142.949,17
Ativo Tangível Líquido	615.594,13	-7.695,78	0,00	0,00	607.898,35

## 5 Ativos Intangíveis

**Outros Ativos Intangíveis**  
A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2022	Adições	Abate	Transferência	31-12-2023
Programas de Computador	8.361,67				8.361,67
Ativo Intangível Bruto	8.361,67	0,00	0,00	0,00	8.361,67
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	8.361,67				8.361,67
Amortizações Acumuladas	8.361,67	0,00	0,00	0,00	8.361,67
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## 6 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas e ideias	116.562,00	109.552,00
Apoio Informativo	3.400,00	1.600,00
Assessoria de Gestão	28.150,00	20.520,00
Curso "Ser Dirigente	12.875,00	6.375,00
Atões formação	16.565,00	33.138,00
	Subtotal	177.592,00
Outros Rendimentos	0,00	0,00
Juros	55,77	13,16
Depósitos bancários	177.647,77	171.198,16
<b>Total</b>		

## 7 Subsídios e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":



UDIPSS-PORTO

DESCRIÇÃO	2023		2022	
	Natureza	Capital Próprio	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável	222.733,33	0,00	5.200,00
<b>Total</b>		222.733,33	0,00	52.848,00

## 8 Benefícios dos colaboradores

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2023 e 2021, foi de 11 elementos.  
O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2023 e 2022 foi de 27.  
Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	42.315,23	35.726,66
Indemnizações	0,00	150,00
Encargos sobre as Remunerações	9.019,75	7.679,96
Seguros de Acidentes no Trabalho	478,77	217,19
Outros gastos com pessoal	423,00	297,26
<b>Total</b>	52.236,75	44.131,07

## 9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 1110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1 Investimentos Financeiros	2023	2022
Descrição		
Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":		
<b>Investimentos em subsidiárias</b>		
Cálculo 3S, Sociedade de Contabilidade, Unipessoal Lda - Método de Equivalência Patrimonial	86.498,98	79.575,00
Outros Investimentos Financeiros	1.154,49	1.159,57
Fundo de Compensação Trabalho	1.154,49	1.159,57
<b>Total</b>	87.653,47	80.734,57

## 10.2 Fundadores, membros/patronos/associados/residentes/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Associações - Quotas	17.605,00	19.437,00
<b>Total</b>	17.605,00	19.437,00

## 10.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c	3.341,05	3.071,05
Clientes	-2.431,05	-2.431,05
Perdas por impiedade		
<b>Total</b>	910,00	640,00

## 10.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer	262,02	301,12
Seguros		

**10.5 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	47 399,96	33 015,14
Depósito a prazo	140 000,00	110 000,00
<b>Total</b>	<b>187 399,96</b>	<b>143 015,14</b>

**10.6 Fundos Patrimoniais**

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	19 236,13	0,00	0,00	19 236,13
Resultados transferidos	436 981,94	50 686,71	0,00	487 668,65
Outras variações nos fundos patrimoniais				
- Subsídio ISS	227 933,33	0,00	5 200,00	222 733,33
- Doações	100 390,00	0,00	0,00	100 390,00
<b>Total</b>	<b>784 521,40</b>	<b>50 686,71</b>	<b>5 200,00</b>	<b>830 008,11</b>

**10.7 Fornecedoros**

O saldo da rubrica de "Fornecedoros" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Passivo		
Fornecedoros	3 279,20	1 808,10
<b>Total</b>	<b>3 279,20</b>	<b>1 808,10</b>

**10.8 Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Restituição IVA	0,00	3 372,03
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>3 372,03</b>
		<b>Passivo</b>
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 296,50	801,00
Segurança Social	1 422,37	489,63
Fundo de Compensação Trabalho	0,00	28,47
<b>Total</b>	<b>2 718,87</b>	<b>1 299,10</b>

**10.9 Outros Passivos Correntes**

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Não Corrente		
Corrente		
Passivo		
Remunerações a pagar	0,00	0,00
Fornecedoros de investimentos	8 441,21	17 318,71
Credores por acréscimo de gastos	8 441,21	8 441,21
Outros credores	680,00	820,00
<b>Total</b>	<b>9 121,21</b>	<b>24 778,68</b>

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção em 8 de fevereiro de 2024.

**10.10 Fornecimentos e serviços externo**

A reparação dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	50 924,33	49 884,26
Materiais	2 125,63	66,93
Energia e fluidos	1 092,36	460,67
Deslocações, estadas e transportes	123,12	245,33
Serviços diversos	3 868,33	15 176,90
<b>Total</b>	<b>58 133,79</b>	<b>65 814,09</b>

**10.11 Aumentos / reduções justo valor**

A Entidade reconheceu em 2023 e 2022 os ganhos de "justo valor" no seguinte instrumento financeiro:

Descrição	2023	2022
FCT - Fundo de Compensação	1,35	1,14
<b>Total</b>	<b>1,35</b>	<b>1,14</b>

**10.12 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6 923,98	5 875,62
Correções exercícios anteriores	948,00	0,00
Imputação subsídios ao investimento	5 200,00	5 200,00
Outros rendimentos e ganhos	5 589,30	3 776,36
Juros	55,77	13,16
<b>Total</b>	<b>18 717,05</b>	<b>14 865,14</b>

**10.13 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	53,14	229,86
Outros Gastos e Perdas - Quotas CNIS	7 690,00	7 590,00
Correções exercícios anteriores	80,00	867,11
<b>Total</b>	<b>8 093,14</b>	<b>8 686,97</b>

**10.14 Resultados financeiros**

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados	0,00	96,62
Juros e rendimentos similares obtidos	55,77	13,16
Juros obtidos - de depósitos	55,57	13,16
<b>Total</b>	<b>55,57</b>	<b>13,16</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>55,57</b>	<b>13,16</b>

**10.15 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023. Após o encerramento do período, e até a elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Aprovado em Assembleia Geral de 6/3/2024

*[Assinaturas manuais]*



UIDPSS-PORTO

Porto, 8 de fevereiro de 2024,

A Direção

  
\_\_\_\_\_  
(Maria José Miranda, Presidente)

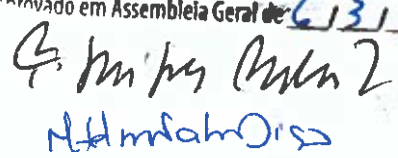
  
\_\_\_\_\_  
(Manuel António Teixeira, Tesoureiro)

  
\_\_\_\_\_  
(Bárbara Barros, Vogal)

  
\_\_\_\_\_  
(Emílio Ricon Peres, Contabilista Certificado n.º 17686)

  
\_\_\_\_\_  
(Teresa Costa, Secretária)

Aprovado em Assembleia Geral de 6/13/2024

  
M. Almeida



UDIPSS-PORTO